



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental COM AAF	05030000368/17	13/09/2017 08:16:45	NUCLEO MANHUAÇU
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: 00258974-5 / VICENTE PIMENTEL RHODES-ME		2.2 CPF/CNPJ: 01.630.497/0001-94	
2.3 Endereço: SÍTIO BARRA DO JEQUITIBÁ OU CORREGO DO JEQUITIBÁ, 0		2.4 Bairro: ZONA RURAL	
2.5 Município: REDUTO		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 36.920-000
2.8 Telefone(s): (33) 8412-8614		2.9 E-mail:	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: 00258974-5 / VICENTE PIMENTEL RHODES-ME		3.2 CPF/CNPJ: 01.630.497/0001-94	
3.3 Endereço: SÍTIO BARRA DO JEQUITIBÁ OU CORREGO DO JEQUITIBÁ, 0		3.4 Bairro: ZONA RURAL	
3.5 Município: REDUTO		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 36.920-000
3.8 Telefone(s): (33) 8412-8614		3.9 E-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
Denominação: Vista Alegre		4.2 Área Total (ha): 26.6200	
4.3 Município/Distrito: SANTANA DO MANHUACU		4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: R.1.25071 Livro: 2 Folha: 01 Comarca: MANHUACU			
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6):	Datum:	
	Y(7):	Fuso:	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: rio Manhuaçu			
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)			
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (x), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (X), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).			
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).			
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 14.80% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.			
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)			
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)



5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA		Quantidade	Unidade	
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa		0.0515	ha	
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO		Quantidade	Unidade	
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa		0.0515	ha	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Mata Atlântica				0.0515
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação n	SAD-69	24K	198 546	7 779 575
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Mineração	Extração de areia			0.0515
Total				0.0515
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):	(dias)			
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				



11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.3 Especificação de ocorrência de espécies da fauna e/ou flora: Ocorrência de espécies animais e vegetais característicos do bioma mata atlântica.

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Baixo.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

1. Histórico:

- Data da formalização: 12/09/2017
- Data de arquivamento: 04/12/2017
- Data do desarquivamento: 03/04/2018
- Data da vistoria: 05/07/2018
- Data da emissão do parecer técnico: 06/07/2018

2. Objetivo:

É objeto desse parecer é analisar a solicitação para INTERVENÇÃO EM APP sem SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA. É pretendido com a intervenção requerida à realização de depósitos temporários (porto de descarga e carregamento de caminhões) para atividade de extração de areia em uma área de 0,0515 ha.

3. Caracterização do empreendimento:

O imóvel denominado Vista Alegre, localizada na zona rural do Município de Santana do Manhuaçu, conhecido como Santa Filomena, possui uma área total de 26,62 ha e 1,11 módulos fiscais.

Área rural, composta por pastagem e devido ao tempo que se ficou sem promover a bateção do pasto, já se vê em algumas áreas, a vegetação caracterizada como vegetação em estágio inicial de regeneração. Durante a vistoria observou-se a presença de APP's formadas devido ao rio Manhuaçu. A propriedade é cortada pelo rio Manhuaçu. As APP's se encontram totalmente antropizadas sendo ocupadas por pastagens, mas parte com vegetação nativa.

O solo da propriedade caracteriza-se por ser do tipo Latossolo Vermelho Amarelo distrófico e relevo ondulado. Propriedade localizada no Bioma Mata Atlântica.

3.1 Análise do ZEE

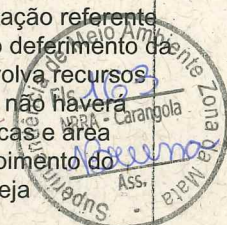
Mediante consulta realizada ao ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de MG) verificou-se que, o fator de vulnerabilidade natural baixa, com a integridade da flora apresenta-se muito baixa, com o grau de conservação de vegetação nativa muito baixa e prioridade de conservação baixa. A integridade da fauna apresenta-se muito alta. A Vulnerabilidade do solo a erosão mostrou-se baixa e a erodibilidade atual mostrou-se média; a vulnerabilidade do solo a contaminação mostrou-se baixa em 100%, mas a exposição do solo mostrou-se média; a vulnerabilidade dos recursos hídricos mostrou-se baixa, a disponibilidade de água superficial é baixa e disponibilidade de água subterrânea é muito alta, assumindo-se que a existência de uma oferta natural mais elevada subterrânea.

3.2 Do CAR

A propriedade possui o registro no Cadastro ambiental Rural (CAR)

Da Autorização para Intervenção Ambiental:

A intervenção requerida pelo solicitante se caracteriza por intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em uma área de 0,0515 há, nas coordenadas UTM X 0198546 e Y 7779575 DATUM SAD 69 e fuso 24K. De acordo com a vistoria realizada no local constatei que se trata de pedido de intervenção em áreas de preservação permanente (APP), às margens do Rio Manhuaçu, zona rural do município de Santana do Manhuaçu, com a finalidade de continuação em usar um porto de areia e uma estrada para extração de areia, carregamento e manobra de caminhões. A área, motivo das intervenções está inserida na referida propriedade rural, com área total de 26,62 há. Toda a área é formada por vegetação herbácea (gramínea/pastagem natural) e areia, localizada junto ao curso d'água (Rio Manhuaçu) que passa no imóvel. A propriedade, de modo geral, no local da extração de areia, é desprovida de vegetação nativa de porte arbustivo/arbóreo. Já havia a exploração de areia na propriedade, principalmente devido às condições topográficas e edáficas locais. Com o vencimento das licenças ambientais o requerente formalizou novo pedido, estando no momento com suas atividades suspensas. A atividade de extração da areia da calha do rio é feita por intermédio de bomba de 4 polegadas, onde tal equipamento retira o mineral do curso d'água e o deposita diretamente nos caminhões neste processo. A exploração mineral em tal local, da forma como observada "in loco" pode oferecer risco ou possibilidade de degradação ambiental, haja vista estar sendo realizada por intermédio de moto bomba, porém, atendidas, principalmente as medidas mitigadoras, a exploração pode ser realizada sem comprometer os recursos naturais locais (principalmente a água e o solo). Assim, entendo ser perfeitamente passível à autorização ambiental, a regularização da atividade ora requerida, ou seja, a exploração mineral no leito e margem do Rio Manhuaçu, na propriedade Vista Alegre, zona rural do município de Santana do Manhuaçu. O empreendedor apresentou "Laudo Técnico de Inexistência de Alternativa Locacional" assim como "Projeto Técnico de Recomposição da Flora", como medida compensatória à intervenção em área de preservação permanente. A solicitação referente em análise, visa a obtenção de DAIA (Documento de Autorização de Intervenção Ambiental), que juntamente com o deferimento da outorga e AAF são pré-requisitos para implementação da intervenção em área de preservação permanente que envolva recursos hídricos, com finalidade de extração de areia com utilização de balsa e pequena bomba de 4 polegadas, sendo que não haverá supressão de vegetação nativa de qualquer porte, tratando-se de área fortemente antropizada com pastagens exóticas e área desprovida de qualquer tipo de vegetação, área esta que se encontra com este uso por muitos anos, conforme depoimento do requerente tratando-se ainda de uma atividade sem alternativa técnica locacional pois a intervenção é pontual, ou seja acompanhará e seguirá o registro existente no DNPM que o autoriza a explorar estes locais. A intervenção será no ponto descrito, sendo que ela é feita através de dragagem que se consiste em uma bomba de sucção de



areia de 4 polegadas acoplada a um motor a diesel de 130 cv acopladas em uma estrutura metálica flutuante localizada no centro da calha do curso d'água.

A intervenção requerida pode ser caracterizada como sendo de BAIXO IMPACTO e INTERESSE SOCIAL conforme descrito na legislação vigente, uma vez que não implicará em danos para a qualidade da água do curso hídrico, sua disponibilidade em termos quantitativos e nem para a biota, ou seja, não haverá supressão de vegetação nativa (no local não existe vegetação de porte arbustivo ou arbóreo, somente gramíneas), nem extinção de animais. Irá gerar ainda um impacto positivo, pois o Rio se encontra assoreado e com a retirada do excedente de areia, haverá um melhor fluxo do curso d'água. Assim, do ponto de vista ambiental, o empreendimento ora proposto pode ser considerado passível de autorização pelo órgão competente, uma vez cumpridas as medidas mitigadoras e compensatórias e PTRF apresentados.

Há de se considerar que não haverá nenhuma atividade danosa ao meio ambiente, a não ser desassoreamento com a retirada da areia.

5. Possíveis Impactos Ambientais:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

- Citar o Impacto:

Poderá haver exposição do solo a processos erosivos, causando carreamento de partículas para o curso d'água

- Com a operação de sucção, poderá ocorrer aumento da turbidez momentânea, alteração da callha do rio, possível contaminação da água por resíduos derivados de petróleo, possível contaminação da fauna e flora do rio, aumento da velocidade do rio no escoamento.

Tomadas às devidas medidas de controle, não deverão ocorrer impactos ambientais significativos no local, considerando a vegetação, solo e fauna, os itens mais vulneráveis às ações antrópicas para este caso.

6. Conclusão:

A intervenção requerida em APP é extração de areia. O local proposto às intervenções é desprovido de vegetação nativa, podendo ser considerado como uma área antropizada sendo utilizada como pastagem e área sem nenhuma vegetação, assim a intervenção não acarretará em supressão de vegetação nativa e claramente não possui alternativa técnico locacional.

De acordo com a justificativa técnica apresentada ("Laudo técnico de inexistência de alternativa locacional"), há de mencionar que para as intervenções não será feito desvio dos cursos d'águas. Daí, que se pode considerar que o impacto a ser gerado é de pequena magnitude, levando em consideração as pequenas dimensões do represamento, a ausência de vegetação no local, por tratar-se de uma área ocupada por pastagens e pelo local a ser escolhido ter sido o mais apropriado dentro da propriedade. Devido à grande quantidade de areia sempre "carreada" para o local, é benéfico que ocorra a retirada ou extração do material, de forma a minimizar os efeitos do assoreamento no curso d'água (Rio Manhuaçu). A exploração mineral em tal local, da forma como observada "in loco" não oferece nenhum tipo de risco ou possibilidade de degradação ambiental, haja vista estar sendo realizada de forma menos impactante possível. Assim, entendo ser perfeitamente passível à autorização ambiental, a regularização da atividade ora requerida, ou seja, a exploração mineral no leito e margem do Rio Manhuaçu, na propriedade citada. "Apresentou ainda estudos Técnicos de inexistência de risco de agravamento de processos como enchentes, erosão ou movimentos de massas rochosas" bem como "Projeto Técnico de Recomposição da Flora", referente as recomposições como medida compensatória à intervenção em área de preservação permanente.

Assim, do ponto de vista técnico, as intervenções, levando em consideração a observância das medidas mitigadoras e compensatórias elencadas abaixo, é perfeitamente passível e pode ser autorizada através da emissão da DAIA – Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental.

EMPREENHIMENTO CONSIDERADO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL E DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO, portanto, passível de autorização.

7. Validade:

Validade do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental: 4 anos.

8. (Medidas Mitigadoras e Compensatórias):

MEDIDAS MITIGADORAS:

A extração de areia no local, da forma como será realizada não oferece condições danosas ao meio ambiente. Mas faz-se necessário observar o seguinte:

- Posicionamento adequados dos depósitos de areia/cascalho: distância mínima de 15 metros, se for o caso,
- Implantação de sistemas de drenagem para retorno do excesso de água dragada, se for o caso,
- Preservação e revegetação de taludes do rio
- Manutenção de máquinas adequadas,
- Evitar o uso de máquinas e equipamentos (principalmente a draga) em condições precárias, a fim de que não seja contaminado o solo e os recursos hídricos com óleo e graxa ou qualquer outro produto químico.
- Dimensionar os equipamentos para compatibilizar a exploração com a capacidade de recomposição do rio. Equipamentos (dragas) mal dimensionados causam elevado grau de desgaste.
- Não realizar dragagens muito próximas ou até mesmo nas margens para evitar desmontes fluviais pela draga.
- Recomposição da área degradada (principalmente as praças) após a desativação do empreendimento.
- Estabelecimento de medidas apropriadas visando à contenção ou redução de erosão, poeira, mau cheiro, ruídos, poluição hídrica,



etc.

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS:

- Reflorestamento de uma área de aproximadamente 1.035 m² ou 0,1035 ha com espécies nativas, no próprio imóvel rural, recompondo assim a porção ciliar do Rio Manhuaçu, conforme documento anexo ao processo.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

FREDERICO DE FREITAS ALVES - MASP: 1380605-4

Frederico de Freitas Alves
MASP: 1380605-4
Gestor Ambiental / NRRÁ Manhuaçu

ALAOR MAGALHAES JUNIOR MANHUACU - MASP: 1186494-9

Alaor Magalhães Júnior
MASP: 1186494-9
Coordenador / NRRÁ Carangola

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 5 de julho de 2018

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Parecer Processual

Senhor Coordenador,

Considerando que se trata de requerimento de DAIA vinculado à AAF referente à atividade de extração de areia e cascalho;

Considerando os termos da decisão proferida em liminar dada nos autos do Processo Judicial da Ação Civil Pública de n.º 0580937-40.2014-8.13-0024, a qual determinou, para os Códigos A-03-01-8 e A-03-01-9, da DN COPAM n.º 74/2004, independentemente da classe de seu enquadramento, a necessidade de apresentação de licenciamento ambiental, devidamente instruído com EIA/RIMA, cujo Termo de Referência Geral ou o Termo de Referência para as Atividades Minerárias deverá ser o relacionado com Área Cárstica, quando for o caso;

Considerando a orientação para que os empreendedores caracterizem seus empreendimentos na SUPRAM/ZM, através do FCE Mineração, informando-lhes que o licenciamento ambiental deverá ser instruído de EIA/RIMA, ressalvada a possibilidade de substituição do estudo, mediante solicitação prévia e formal, acompanhada de relatório e ART, contendo as justificativas técnicas da dispensa;

Considerando, desta maneira, que a "Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente" (Lei n.º 14.184, de 31.01.2002);

Recomendamos o arquivamento do presente processo administrativo, pela perda de objeto, em atendimento à determinação da liminar em tela.

Recomenda-se, ainda, que após a implementação do ato de arquivamento, com a consequente notificação do interessado, os autos deste processo da DAIA sejam encaminhados para a DRAF, em Ubá, para que possam ser aproveitados quando à formalização de AIA, dentro dos interesses do requerente.

Caso tenha sido apurado débito de natureza ambiental, remetam-se os autos à Advocacia Regional do Estado - ARE, para inscrição do débito em dívida ativa do Estado.

Wander José Torres de Azevedo
Analista Ambiental - Direito
Masp.: 1.152.595-3



16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

WANDER JOSÉ TORRES AZEVEDO - 76876

17. DATA DO PARECER

quinta-feira, 30 de novembro de 2017



CONTROLE PROCESSUAL Nº 256/2019

Indexado ao (s) Processo (s) Nº: 05030000368/17

Requerente: Vicente Pimentel Rodhes – ME

CPF: 01.630.497/0001-94

Imóvel da Intervenção: Vista Alegre

Município: Santana do Manhuaçu – MG

Objeto:

- 1) Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em área de Preservação Permanente- APP em uma área de 0,0515 há.

Área do Imóvel Rural: 26.62 há

Imóvel Rural Inscrito no CAR: Sim

Reserva Legal Inscrita no CAR: Sim

Finalidade: Mineração

Núcleo Responsável: NAR Manhuaçu

Autoridade Ambiental: Frederico de Freitas Alves **Masp:** 1380605-4

Alaor Magalhães Junior Manhuacu Masp: 1186494-9

Projetos apresentados:

- Plano de Utilização Pretendida Simplificado – (fls.21/55)
- Laudo de Inexistência de Alternativa Técnica e Locacional– (fls.88/100)
- Projeto de Reconstituição Técnico de Reconstituição da Flora-PTRF (fls.27)
- Plano de Recuperação de área degradadas - PRAD (fls.126/158)

Normas observadas para a análise:

- Lei Estadual nº 20.922/2013, Resolução CONAMA nº 369/2006, Decreto Federal nº 9.406/2018, Deliberação Normativa COPAM 217/2017, Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013, Decreto Estadual nº 47.383/2018 e Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM nº 2.125/2014, Lei Estadual nº 22.796/2017.

Vistos...



1 – RELATÓRIO

A presente análise trata-se de requerimento de intervenção ambiental em Área de Preservação Permanente (APP), a fim de realizar intervenção sem supressão de vegetação nativa em uma área total de 0,0515 ha, com o objetivo de realizar depósitos temporários para extração de areia.

O imóvel denominado “Vista Alegre”, objeto da presente análise, localiza-se no Município de Santana do Manhuaçu, às margens do Rio Manhuaçu e possui uma área de 26,62 há, conforme o Parecer Único - Anexo III de fls.161/165. O imóvel é de propriedade de Varcilon de Freitas Souza, conforme o Registro do Imóvel apresentado a fl. 15, sendo que os proprietários autorizaram o requerente a ter acesso à propriedade, bem como extrair areia, de acordo com a fl.13.

Conforme caracterização às fls.169/172 o empreendimento está sujeito a LAS/Cadastro, razão pela qual o Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental deverá apresentar o mesmo prazo que a Licença Ambiental Simplificada, conforme prevê Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017.

É o relatório, passo a opinar:

2 –ANÁLISE

2.1) Da Intervenção em APP

Os casos em que poderá ser autorizada, em caráter excepcional, a intervenção em Área de Preservação Permanente, encontram-se disciplinados no art. 12 c/c o art.3º, e seus incisos, da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013.

A intervenção ambiental no caso em análise se amolda a uma das situações caracterizadas como de interesse social, conforme disposições a seguir transcritas:

“Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio”.

“Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

II - de interesse social:



(...)

f) as atividades de pesquisa e **extração de areia**, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente;

(...)” grifo nosso

Dessa forma, a intervenção pretendida é autorizada nos termos do art.12 c/c o art.3º, II, “f” da Lei Estadual nº. 20.922, de 2013.

2.2) Da Medida Compensatória por intervenção em APP

Foi apresentada a medida compensatória por intervenção em APP prevista pelo art.5º da Resolução CONAMA nº 369, às fls. 56/87.

Á luz do que dispõe a mencionada Resolução, ao empreendimento que intervir em APP, resta configurado o dever de compensá-la. Nos termos do art. 5º, a compensação se dará mediante estabelecimento, pelo órgão competente, de medidas mitigadoras e compensatórias à intervenção ou supressão de vegetação nativa em APP, que contemple efetiva recuperação ou recomposição da APP, de maneira a permitir compensação direta e ou indireta dos impactos físicos e bióticos, causados pela intervenção.

Ante ao exposto, no presente caso, uma vez sendo autorizada a intervenção pretendida, faz-se necessária a assinatura de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental, que antecederá à emissão do ato autorizativo.

2.3) Do Estudo Técnico de Alternativa Locacional - Intervenção em Área de Preservação Permanente

Foi apresentado o Laudo Técnico de Alternativa Locacional – Intervenção em Área de Preservação Permanente, conforme previsto pelo art.3º, inciso I da Resolução CONAMA nº 369, de 2006 (fls.88/100).

2.4) Da Regularidade do Direito Minerário.

Nota-se pelo documento de fl. 168, a regularidade do direito minerário em questão. Cumpre ainda destacar que o detentor do direito minerário, o requerente, apresentou documento nominado como “*Autorização do proprietário do Solo*” à fl.13, com os proprietários do imóvel rural onde ocorrerá a exploração minerária.



2.5) Da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 2013

Nota-se que foi acostada ao processo administrativo em tela a documentação exigida pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 2013, compreendendo dentre outros o Requerimento, documento que comprove propriedade ou posse, documento que identifique o proprietário ou possuidor, PUP, planta topográfica, ART, certidão de registro de imóvel, CAR, documentos pessoais, PTRF.

2.6) Da Propriedade ou Posse

Em relação à propriedade/posse rural, o requerente acostou o Registro do Imóvel, às fl.13 dos autos, conforme determina a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905, de 2013.

2.7) Da Representação

Consta nos autos do processo à fl.08 procuração, à fl. 09/10 documentos pessoais do procurador e à fl.11/12, do explorador.

2.8) Da Taxa de Expediente

Consta dos auto do processo comprovante de pagamento dos custos de análise (fl.110), conforme exigência da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM nº 1.919/2013 e suas alterações.

2.9) Do Pagamento da Taxa Florestal

A Taxa Florestal é devida no momento da intervenção ambiental que dependa ou não de autorização ou de licença e será recolhida no momento do requerimento da intervenção ambiental, nos termos do artigo Art. 61-A, §§ 1º e 3º da Lei 4.747/68, de 09 de maio de 1968, com as alterações trazidas pela Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017.

Embora a base de cálculo da Taxa Florestal seja as atividades fiscalizadoras, administrativas e policiais a cargo do IEF, conforme dispõe a Lei 22.796/2017, trata-se a intervenção ora requerida, de intervenção **sem supressão** de vegetação nativa, “*Intervenção em área de preservação permanente – APP, sem supressão de cobertura vegetal nativa*”. Desse modo, tem-se que, por não haver supressão, produção, extração e consumo de produto e/ou subproduto florestal, nem a incidência de nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do art.



61 – A, da referida Lei, não há que se falar em recolhimento da Taxa Florestal, sobretudo pela impossibilidade de se aferir a volumetria de material lenhoso proveniente da intervenção pretendida.

2.10) Da Reposição Florestal

Não há que se falar em pagamento da Reposição Florestal, tendo em vista que não há matéria-prima florestal.

2.11) Da Exigência do PRAD.

Em decorrência da exigência legal contida no Decreto Federal nº 97.632, de 1989, foi apresentado o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD para a atividade de mineração em questão (fls. 126/158).

2.12) Da Inscrição do imóvel rural no CAR

Constata-se nos documentos de fls.18/20, que o imóvel rural em questão foi cadastrado/inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR. A intervenção na cobertura vegetal nativa dependerá da inscrição do imóvel no CAR, segundo preceitua o art.63 da Lei Estadual nº 20.922, de 2013.

2.13) Da Reserva Legal

A delimitação da Reserva Legal consta da inscrição do imóvel no CAR, dentro do limite mínimo exigido pela Lei Estadual nº 20.922, de 2013.

Por força do disposto no art.30 da Lei Estadual nº 20.922, de 2013, a área de Reserva Legal será registrada no órgão ambiental competente, por meio de inscrição da propriedade ou posse rural no CAR – Cadastro Ambiental Rural.

2.14) Da Ocorrência de espécies ameaçadas

Nota-se pelo Parecer Único - Anexo III de fls.161/165, que na área requerida para a intervenção ambiental não foi constatada a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção.

2.15) Da Publicidade do Requerimento de Intervenção Ambiental



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF

UNIDADE REGIONAL DE FLORESTAS E BIODIVERSIDADE JEQUITINHONHA – URFBIO
JEQUITINHONHA

Observa-se que foi publicado no Diário Oficial do Estado – “Minas Gerais” (fl.120), o requerimento de intervenção ambiental ora em análise, e as fls. 167 a reconsideração do arquivamento.

Por último cumpre destacar, que o presente controle processual se resume tão somente aos aspectos jurídicos/legais da intervenção pretendida, não tendo qualquer responsabilidade pelos aspectos técnicos.

3 – DA CONCLUSÃO

Isto posto,

Considerando encontrar-se o processo instruído com os documentos necessários à formalização do processo, conforme disposto na Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 1.905, de 2013;

Considerando a existência de parecer técnico opinando pela viabilidade ambiental das intervenções pretendidas, conforme Parecer Único - Anexo III, de fls.161/165.

Considerando a inexistência de material lenhoso, portanto, a não incidência de Taxa Florestal e Reposição Florestal.

MANIFESTA esta Coordenação Regional de Controle Processual e Autos de Infração posicionamento **favorável** à intervenção pretendida, observadas as condicionantes relacionadas no parecer único, bem como no item 2.2 este controle processual.

Ato contínuo, tendo em vista que a propriedade possui áreas consolidadas ao longo de curso d'águas naturais, tem-se como obrigatória a realização da recomposição de suas faixas marginais, conforme dispõe o artigo 16, da Lei 20.922, de 16 de outubro de 2013.

Nestes termos, sugere esta Coordenação de Controle Processual e Autos de Infração, que o Requerente faça a inscrição junto ao Programa de Recuperação Ambiental – PRA, para fins de que seja efetivada a recuperação das áreas, em atendimento ao que dispõe a legislação supramencionada.

Ressalta-se que a competência para autorizar a intervenção pretendida será do Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Zona da Mata, por força do disposto no Decreto Estadual nº 47.344/2018.